

Geramos valor
para a Natureza



MUSAMI
OPERAÇÕES MUNICIPAIS DO AMBIENTE, E. I. M. SA

RELATÓRIO E CONTAS

2017



Índice

Mensagem do Presidente	4
A empresa.....	4
Cadeia de Valor	6
Missão	9
Visão.....	10
Política	10
Regulamentos internos e externos	13
Informação sobre transações relevantes	13
Modelo de Governo.....	13
Estrutura Organizacional.....	14
Relações com <i>stakeholders</i>	15
Remunerações	16
Análise da sustentabilidade	16
Gestão do Capital Humano.....	17
I&D e Inovação	19
Atividade da empresa.....	21
Introdução	21
Enquadramento macroeconómico	22
Análise Económica e Financeira	23
Resultados.....	23
1. Volume de negócios.....	23
2. Resíduos sólidos urbanos e equiparados	23
3. Valorização de embalagens	23
4. Valorização de outros resíduos.....	24

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

5. Estrutura dos Gastos	25
6. Resultados	26
7. Investimento	26
8. Balanço	26
9. Recebimentos de clientes.....	27
10. Indicadores de Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos	28
11. Endividamento	28
Atividade operacional.....	28
Receção de resíduos	28
RSU e equiparados	29
Tratamento e valorização	29
1. Resíduos urbanos biodegradáveis.....	29
2. Valorização de resíduos urbanos.....	30
Monitorização	31
1. Monitorização ambiental.....	31
2. Caracterização de resíduos	31
3. Certificação	31
Comunicação e imagem	32
Perspetivas para o Futuro	33
Considerações finais.....	34
Proposta de aplicação de resultados	34
Anexo: Demonstrações financeiras	36

[Handwritten signature]

Mensagem do Presidente

O ano de 2017 foi preenchido com muita atividade ao nível da gestão de projetos que se desenrolam nas suas várias fases. O projeto Ecoparque da Ilha de São Miguel tem um desenho que dará suporte às diversas recolhas seletivas que serão alargadas para resíduos orgânicos, além das recolhas seletivas já implantadas.

Decorre o processo de contencioso pré-contratual interposto por um concorrente ao concurso de conceção e construção de uma unidade de valorização energética. Este processo induziu um atraso de cerca de um ano ao projeto mas certamente terá um desfecho positivo.

Foi iniciada a empreitada de construção de uma central de triagem e adjudicada a central de valorização energética que se prevê esteja em operação em agosto de 2018.

Ainda em 2017 foi adquirida a instalação tratamento de resíduos de Nordeste ficando assim a Musami com a responsabilidade do tratamento de resíduos de toda a ilha de São Miguel.

Com esta configuração a MUSAMI está a dar passos muito significativos no sentido de estabelecer um sistema de gestão de resíduos na Ilha de São Miguel muito orientado para a valorização, com o recurso a aterros na expressão mínima tecnicamente possível e sem resíduos orgânicos.

O projeto capacita a ilha a atenuar qualquer impacto ao nível dos resíduos do aumento de atividades económicas como o turismo ou a indústria agroalimentar.

O equilíbrio do projeto também garante o cumprimento das metas do PEPGRA (Plano Estratégico de Prevenção e Gestão dos Resíduos Urbanos) por parte dos municípios ao nível dos resíduos, bem como a integração num sistema de

Handwritten signature and initials
SI.
Curo

economia circular com aproveitamento dos recursos com valor até ao limite possível sustentável.

A economia circular vai afetar muito as nossas vidas nos próximos tempos pois através de normativo comunitário trará uma gradual transformação da economia para a redução do desperdício de recursos e para uma reutilização ou mesmo reciclagem de materiais gerando um conjunto diversificado de matérias-primas secundárias a introduzir no mercado.

A empresa

A MUSAMI-Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA foi constituída para desenvolver a gestão logística relacionada com a gestão de resíduos, em cooperação com a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.

Foram transferidas em 2009 para a MUSAMI as atividades relacionadas com a reciclagem e, em 2013, toda a atividade de gestão de resíduos que era desenvolvida pela AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, que ficou como acionista único da sociedade.

Em 2017, foi aumentado o Capital Social para 7,3 Milhões de Euros.

A MUSAMI, EIM, SA serve os Municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste, com uma população de 137,856 habitantes residentes e com uma área de 744.6 km².

Para o desenvolvimento da sua atividade, a MUSAMI dispõe de dois aterros, um parque de compostagem de verdes, duas estações de triagem, uma estação de tratamento de águas lixivantes, uma estação de aproveitamento de biogás, um ecocentro e diversas instalações de apoio.

Além destes ativos, a MUSAMI dispõe ainda de um terreno destinado ao desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento do Ecoparque da Ilha de São Miguel, um grande Projeto cofinanciado pelo POSEUR e pelo Programa Operacional Açores 2020.

Handwritten signature

Cadeia de Valor

A MUSAMI, EIM, SA recebe resíduos sólidos urbanos e resíduos industriais de forma seletiva e indiferenciada. Todos os resíduos recebidos de forma seletiva são sujeitos a operações de valorização e depois enviados para os retomadores que procedem à sua reciclagem ou aos clientes, no caso do composto ou de reutilizáveis.



Síntese dos indicadores

Handwritten signature and initials
C. Pinto

Indicadores financeiros	2015	2016	2017
Capital Social	6,300,000 €	6,300,000 €	7,300,000 €
Capital próprio	6,727,990 €	6,924,123 €	7,723,234 €
Ativo Líquido	8,029,863 €	9,298,092 €	11,128,100 €
Investimento acumulado	5,433,975 €	7,545,635 €	9,067,570 €
Endividamento bancário	- €	- €	- €
Passivo não corrente	700,000 €	1,400,000 €	2,072,000 €
Passivo corrente	601,873 €	973,969 €	1,332,866 €
Volume de negócios	3,761,329 €	4,797,977 €	4,963,367 €
EBITDA	1,024,201 €	1,184,826 €	1,305,669 €
Resultado Líquido do Exercício	308,239 €	396,132 €	399,112 €
PMP (dias)	65	51	39
PMR (dias)	56	80	88
Indicadores de atividade	2015	2016	2017
Número médio de trabalhadores	17	18	35
Número de Municípios abrangidos	5	5	6
Resíduos sólidos tratados	77,030	80,859	89,205
População abrangida	133,000	133,000	137,856

EBITDA = R.O. + amortizações – subsídios + perdas por imparidades + perdas por justo valor e provisões – reversões

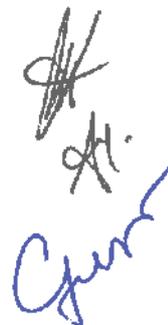
Principais acontecimentos

Durante o ano de 2017, são de destacar os seguintes acontecimentos:

- Eleição do Conselho de Administração, Mesa da Assembleia Geral e Fiscal Único;
- Início da exploração do Ecoparque de Nordeste e transmissão da licença da Exploração do Ecoparque Nordeste para a MUSAMI;
- Implementação do sistema de avaliação de desempenho dos recursos humanos;
- Reforço do capital social da MUSAMI de 6,300,000 € para 7,300,000 € e respetiva alteração dos Estatutos da MUSAMI;
- Reformulação da Candidatura ao POSEUR do Projeto “Ecoparque de Ilha de São Miguel”;

Handwritten signature

- Envio de 367 Declarações de Destruição/Receção de Resíduos a todos os clientes da MUSAMI que procederam ao encaminhamento de resíduos no Ecoparque, no ano de 2017;
- Construção destino: Parque Verdes no Ecoparque Nordeste;
- Inclusão do Ecocentro Nordeste no âmbito do contrato com a AMB3E;
- Adaptação à nova classificação do composto da MUSAMI para Substrato Orgânico, SO-MUSAMI, layout e embalagem;
- Início das expedições de resíduos de embalagem com a nova EG-Novo Verde;
- Integração de uma carrinha na distribuição do SO-MUSAMI;
- Implementação de novo servidor e novos softwares, levando à criação de novas máquinas virtuais e reestruturação da rede de dados;
- Implementação de nova rede de dados, sistema de recolha de dados biométricos e sistema CCTV, no Ecoparque III;
- Implementação de tecnologia de acesso à Internet por fibra ótica e Data VPN no Ecoparque I;
- Transição das normas de gestão da qualidade e ambiente para a versões de 2015 e respetiva certificação;
- Manutenção da certificação do sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho;
- Certificação do sistema de gestão de energia pela norma ISO 50001:2012;
- Formação e sensibilização aos trabalhadores no âmbito de ambiente, saúde e segurança no trabalho e energia;
- Integração/acolhimento de novos colaboradores;
- Realização de dois simulacros no âmbito de ambiente e SST;
- Realização de avaliação de iluminância e agentes biológicos no Ecoparque III (Nordeste);
- Elaboração do relatório de sustentabilidade relativo ao ano de 2016;
- Verificação trimestral dos equipamentos de combate a incêndio;
- Elaboração de Newsletter trimestral;
- Realização de 8 auditorias;



- Controlo diário de todos os procedimentos e requisitos de ambiente, qualidade e saúde e segurança no trabalho;
- Controlo operacional e reuniões mensais aos prestadores de serviços;
- Monitorização trimestral e semestral ao biogás;
- Participação como *stakeholder* no projeto *Urban Waste – Urban strategies for waste management in Tourist cities*;
- Empreitada de conceção e construção do aproveitamento energético de Biogás;
- Início da construção da estação automatizada de triagem de resíduos de S. Miguel, no dia 20 de abril de 2017.

Missão

A missão da MUSAMI – OPERAÇÕES DO AMBIENTE, E.I.M, S.A. é a gestão de sistemas de depósito, tratamento e valorização de resíduos sólidos assim como assegurar atividades acessórias no domínio da proteção do meio ambiente, nomeadamente:

- Propondo, elaborando e intervindo em projetos, programas e planos de desenvolvimento integrado na ilha de São Miguel;
- Fornecendo ao Governo Regional ou a outras entidades neles interessadas, a informação e colaboração convenientes;
- Respondendo a consultas que lhe forem formuladas pelo Governo Regional sobre iniciativas legislativas relativas aos municípios;
- Criando, mantendo e aperfeiçoando serviços próprios de informação de apoio aos Municípios;
- Proporcionando ações de formação e aperfeiçoamento profissional dos funcionários municipais;
- Estabelecendo relações que reforcem os princípios municipalistas ou contribuam para a saúde, cultura e bem-estar dos municípios;



- Colaborando pela forma considerada mais conveniente, na prossecução de outras atividades que a assembleia intermunicipal venha a estabelecer para a exploração do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos Municípios;
- Contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental dos seus territórios.

Visão

Respondendo aos compromissos definidos e assumidos no estabelecimento da sua Missão, o Conselho de Administração estabelece como principais vetores da visão da MUSAMI:

- Manter e consolidar as atividades de triagem, confinamento técnico (aterro), valorização e encaminhamento para valorização de resíduos;
- Alargar a abrangência da sua atividade a outras que contribuam para o cumprimento da missão;
- Ser uma entidade de referência, a nível regional, na prestação de serviços à comunidade e ao ambiente e de capacidade e credibilidade técnica;
- Ser reconhecida como uma entidade de atitudes pró-ativas na procura de melhores desempenhos nos pilares ambiental e social da sustentabilidade;
- Melhorar o seu desempenho operacional, optando por tecnologias mais eficientes, sempre que economicamente viáveis à sustentabilidade económico-financeira da atividade.

Política

A MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A. ao implementar e gerir um sistema integrado, ambientalmente correto e economicamente sustentável, para tratamento e valorização dos resíduos urbanos, tendo em consideração as quatro perspetivas de gestão:

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

Perspetiva Financeira

- Promover a utilização das melhores técnicas disponíveis e boas práticas na gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos em conformidade com o Plano Estratégico de Resíduos, mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à gestão dos resíduos sólidos urbanos;
- Gerar riqueza que permita investimentos sustentados e em harmonia com os interesses e necessidades das partes interessadas, tendo sempre presente as preocupações de sustentabilidade económico-financeira, optando pela análise criteriosa da viabilidade dos investimentos, pelo rigor na gestão dos recursos e pelo controlo dos custos.

Perspetiva Clientes/Utentes

- Apoiar iniciativas de carácter social, educativo, cultural e ambiental;
- Promover uma aproximação à sociedade através de mecanismos que colocamos ao seu dispor para a sua auscultação;
- Assegurar, de uma forma continuada, as necessidades e expetativas das partes interessadas, aumentando progressivamente a confiança na MUSAMI, E.I.M., S.A.

Perspetiva Interna

- Cumprir as obrigações de conformidade, as exigências legais aplicáveis e outras que subscreva aplicáveis às atividades da MUSAMI, incluindo os relativos à eficiência energética, uso e consumo de energia;
- Assegurar a disponibilidade de informação e de todos os recursos necessários para atingir os objetivos e metas;
- Informar, sensibilizar e formar os colaboradores da MUSAMI, E.I.M., S.A., e outras partes interessadas, relativamente aos aspetos significativos de ambiente, segurança, qualidade e gestão energia;

[Handwritten signature]

- Fomentar a integração da MUSAMI na sociedade, através da realização de ações socialmente responsáveis, destinadas a reduzir os impactes negativos da sua atividade, bem como a criar e a maximizar os seus impactes positivos;
- Prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo a higiene, segurança e saúde, através de uma análise rigorosa e profunda das atividades e seus riscos, informando, formando e envolvendo os colaboradores e prestadores de serviços;
- Adquirir produtos e serviços energeticamente eficientes e a conceção de infraestruturas orientada para a melhoria do desempenho energético.

Perspetiva de Inovação e Aprendizagem

- Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão de ambiente, segurança, qualidade e energia, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia;
- Proporcionar as adequadas condições de trabalho aos colaboradores, a valorização dos seus conhecimentos e das suas competências, optando por estimular e promover a sua formação contínua, a sua valorização individual, as boas relações interpessoais, a capacidade de iniciativa e empreendedorismo para projetos internos;
- Promover a proteção do ambiente, assim como, a prevenção da poluição, minimizando os riscos para a segurança e saúde de todos os colaboradores e prestadores de serviços, bem como da comunidade envolvente e promover a qualidade, tendo em consideração a natureza, dimensão, acidentes decorrentes e impactes ambientais potenciais das nossas atividades.



Churo

Regulamentos internos e externos

Os regulamentos são aprovados pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor-Geral e estabelecem os princípios, regras e procedimentos a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa.

Os principais regulamentos em vigor são:

- Manual de exploração do Ecoparque, incluindo o aterro;
- Regulamento de admissão de resíduos;
- Manual do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manual de Acolhimento;
- Manual de Funções;
- Manual do Triador de Recicláveis;
- Plano de Monitorização e Inspeção de Produtos Recicláveis;
- Medidas de autoproteção e Plano de emergência interno;
- Regulamento do Fundo de Maneio.

Informação sobre transações relevantes

Na aquisição de bens e serviços, a empresa rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, utilizando uma plataforma eletrónica para o desenvolvimento processual dos concursos, garantindo a transparência efetiva sobre todas as suas compras relevantes.

O relacionamento da MUSAMI com a AMISM é conduzido por um contrato programa que orienta os moldes desse relacionamento numa perspetiva *in-house*.

Modelo de Governo

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral



De 01.01.2017 a 10.12.2017:

Presidente: Dra. Elizabeth Tavares

Vice-Presidente: Dr. Alexandre Branco Gaudêncio

Secretário: Dr. Alberto Bulhões

Desde 11.12.2017:

Presidente: Dr. Pedro Melo

Vice-Presidente: Dr. Carlos Anselmo

Secretário: Dr. Pedro Furtado

Fiscal único: Dr. Martins da Cunha

Conselho de Administração

De 01.01.2017 a 10.12.2017:

Presidente: Dr. Ricardo Rodrigues

1.º Vogal: Dr. José Manuel Bolieiro

2.º Vogal: Dr. Pedro Melo

Desde 11.12.2017:

Presidente: Dr. Ricardo Rodrigues

1.º Vogal: Dra. Cristina Calisto

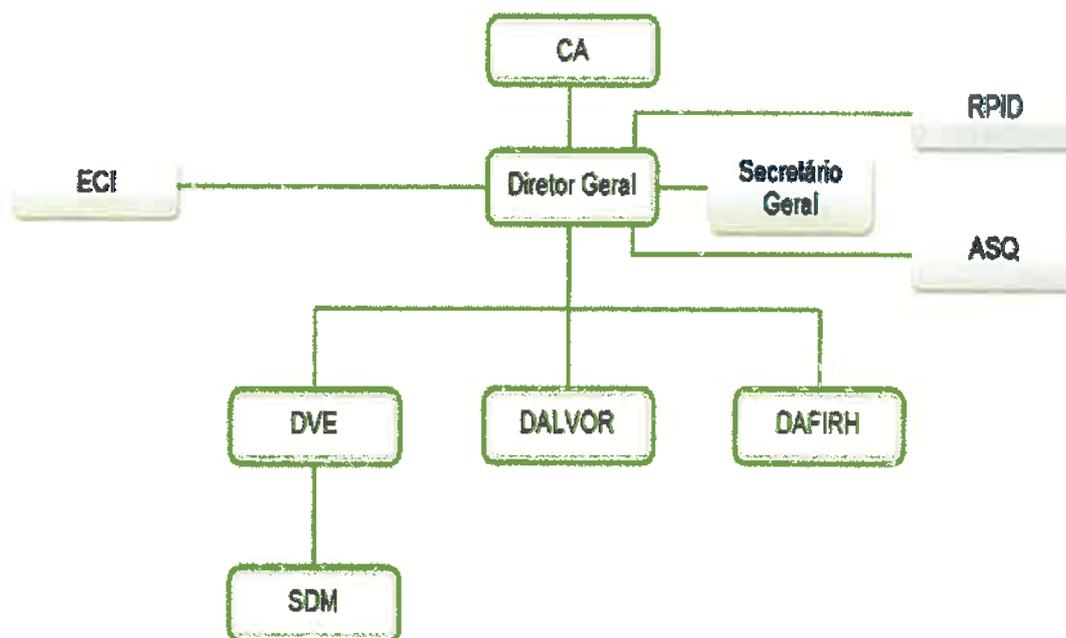
2.º Vogal: Dr. António Soares

Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica é a que a seguir apresentamos:



Cum



Legenda:

CA – Conselho de administração

ECI – Estudos, comunicações e informática

RPID – Relações públicas, imagem e documentação

ASQ – Ambiente, segurança e qualidade

DVE – Direção de valorização Energética

DALVOR – Direção de aterros, logística, valorização orgânica e reciclagem

DAFIRH – Direção administrativa, financeira e de recursos humanos

SDM – Subdireção de manutenção

Relações com stakeholders

A MUSAMI cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente acionistas, Governo, entidades reguladoras, parceiros, utilizadores e instituições financeiras.



A MUSAMI disponibiliza, através do seu site www.musami.pt, informações relevantes sobre a empresa e as suas atividades e faculta a possibilidade aos interessados de marcar visitas às nossas instalações ou fazer reclamações ou sugestões.

Remunerações

De acordo com a legislação em vigor, a Administração e a Assembleia Geral não são remuneradas por serem os seus elementos eleitos locais.

Análise da sustentabilidade

A AMISM e a MUSAMI consideram que a sustentabilidade é crucial para que se possa ter um desempenho em prol do ambiente adequado a uma ilha como é a de São Miguel.



Assim, os projetos, tarifas e ações desenvolvidas pela MUSAMI têm sempre a preocupação de serem ambientalmente sustentáveis, prestando serviço da maior qualidade que é observável na Região Autónoma dos Açores, financeiramente sustentável, como é demonstrado pelos resultados financeiros obtidos e socialmente sustentável, vertente que conta com uma forte componente de criação de emprego direto e indireto, de responsabilidade social através de apoios a instituições com relevância social a nível da ilha e com uma ação formativa através do contacto com milhares de crianças, formando-as para um convívio responsável com a natureza e com o ambiente.

A sustentabilidade ambiental também pode ser aferida pelos elevados níveis de reciclagem obtidos (44.31% dos resíduos geridos valorizáveis).

Gestão do Capital Humano

A política de recursos humanos da MUSAMI tem-se caracterizado por uma estratégia de externalização da maioria das atividades operacionais, ficando na alçada da empresa as funções estratégicas e de gestão de contratos, de responsabilidades e de garantia da qualidade e da observância das regras do setor.

Assim, os trabalhadores da MUSAMI têm qualificações maioritariamente diferenciadas e são uma pequena parcela dos recursos humanos envolvidos nos nossos negócios.

Evolução emprego direto e outro operacional	2015	2016	2017
Nº trabalhadores – MUSAMI	17	18	35
Nº trabalhadores – Prest.Serv. Ecoparque	49	56	59

Como é natural numa empresa em grande crescimento organizacional, o número de pessoal afeto tem aumentado.

Estrutura	2015	2016	2017
Género Feminino	10	10	14
Género Masculino	7	8	21

A estrutura dos trabalhadores da MUSAMI tem favorecido o género feminino, contudo verifica-se que, em 2017, a situação inverte-se, ficando o género masculino com maior peso.

Estrutura Etária	2015	2016	2017
19 – 25	3	2	4
26 – 35	9	10	19
36 – 45	4	4	7
46 – 56	1	2	5

A estrutura etária da empresa é maioritariamente jovem.

Habilitações Literárias	2015	2016	2017
Ensino básico	0	0	8
Ensino secundário	3	4	8
Ensino Superior	14	14	19

Atendendo às funções que são realizadas, o pessoal é altamente qualificado. Relativamente ao absentismo, não se observa qualquer nível de absentismo ou trabalho suplementar na empresa.

Formação profissional	2017
Total de horas de formação	878
N.º de trabalhadores envolvidos	34
Média de horas por trabalhador	26

Unidade: Horas

As principais áreas de formação foram:

- ▶ Resíduos;
- ▶ Contratação Pública;
- ▶ Sistema de Gestão da Energia;
- ▶ Primeiros Socorros e Manuseamento de Extintores.



Foram ainda promovidas ações de formação nas áreas de regulamento geral de proteção de dados, qualidade, secretariado e trabalho administrativo, gestão do tempo, gestão de equipas, direito do trabalho, técnicas de apresentação e falar em público e operação e manutenção de empilhadores.

Ao longo do ano 2017, foram realizadas diversas ações de formação interna, para o acolhimento de novos funcionários, apresentação dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, saúde e segurança no trabalho.

Para o cálculo das horas, foram envolvidos 34 trabalhadores, tendo sido também contabilizados os funcionários que estão nos programas de inserção e apoio social.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten signature]

Programa SEI

Foram contratados ao abrigo do Programa SEI cinco trabalhadores provenientes dos programas recuperar, dois dos quais foram contratados para exercer funções de manutenção do espaço envolvente do Ecoparque I e três para exercer funções de triagem de resíduos, limpeza das instalações e manutenção dos espaços envolventes no Ecoparque do Nordeste.



Saúde e Segurança no Trabalho

Foram registados 4 acidentes de trabalho no Ecoparque do Nordeste.

Medicina no trabalho

Foram realizadas todas as consultas no âmbito da medicina de trabalho.

I&D e Inovação



A permanente procura das melhores soluções para a valorização de resíduos com qualidade e com impacto social e económico tem conduzido a uma política de gestão de competências orientada para a transferência de conhecimento nas melhores tecnologias utilizadas na Europa e nas tendências que são previsíveis.

[Handwritten signature]

No caso da produção de composto foi desenvolvido um projeto de I&D sobre o SO-MUSAMI, um substrato orgânico produzido a partir de resíduos de Jardim, com o objetivo de determinar a melhor forma de produzir um produto de elevada qualidade e de diversas medições de impacto sobre diversas culturas desenvolvidas na Ilha de São Miguel.

Foram desenvolvidas experiências com batata-doce, banana, maracujá e ananás sob ambiente controlado para identificar as melhores técnicas de utilização bem como os contrastes de produtividade com as técnicas normalmente utilizadas.

Está ainda em curso um projeto de investigação com a Universidade dos Açores sobre a produção de um acelerador de compostagem a partir de um consórcio bacteriano recolhido do próprio composto, após terem sido selecionados diversos consórcios de diversas origens e testado em laboratório o que oferecia melhores resultados.

Também fomos parceiros num projeto de I&D desenvolvido pelo INOVA sobre o ananás, que utilizou diversos substratos entre os quais o FO-MUSAMI onde se obteve a conclusão que o FO-MUSAMI é a alternativa mais adequada à produção de ananás de elevada qualidade e rentabilidade.

A MUSAMI é ainda parte de grupos de trabalho no seio da ESGRA – Associação para a gestão de resíduos, onde se procura influenciar favoravelmente os caminhos da política de ambiente numa perspetiva inovadora e sustentável e é membro observador da AVALER – Associação de entidades de valorização energética de resíduos sólidos urbanos. A MUSAMI é ainda associada da ISWA – International Solid Waste Association que acompanha as tendências internacionais e particularmente europeias do sector.


Open

Atividade da empresa

Introdução

A MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM, S.A. desenvolve a sua atividade na ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores, englobando seis municípios (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Nordeste) numa área de 744.6 km², servindo uma população residente de 137,856 habitantes¹.

A MUSAMI está a diversificar as suas atividades, entrando no negócio da produção de energia em duas vertentes (biogás e Incineração).

A MUSAMI tem dado um importante contributo para a economia circular, fazendo reentrar na produção materiais reciclados e matéria orgânica, gerando uma oferta significativa no mercado secundário de matérias-primas e devolvendo aos solos os nutrientes da matéria orgânica recuperada por via seletiva, entre os quais, pela sua importância, destacamos o fósforo.

Em 2017, geriu 89,205 toneladas de resíduos, destes valorizou organicamente 9,313 toneladas de resíduos urbanos biodegradáveis e 3,680 toneladas de materiais enviados para reciclagem, que representam 71.68% e 28.32%, respetivamente, do total de resíduos valorizados. Estes valores significam que a MUSAMI valorizou 45.05% dos resíduos urbanos valorizáveis. Quanto à reutilização de paletes de madeira, em 2017 a variação foi muito positiva, em quase 249% face a 2016.

Com estes valores, ultrapassamos a meta PEGRA para 2013 de desvio de resíduos biodegradáveis de aterro de 50% face a 1995 (assumiu-se para 2017 a meta PEGRA para 2013), pois atingimos 66.20%. Não nos referimos a metas do PEPGRA porque este não prevê metas intercalares.

¹ Censos de 2011



Enquadramento macroeconómico

De acordo com o FMI, a economia global evoluiu a uma taxa de 3.7% e prevê-se que, para 2018 e 2019, evolua a uma taxa de 3.9%.

Também a economia europeia revelou um comportamento positivo, registando um crescimento de 2.5% em 2017, enquanto Portugal atingiu um crescimento de 2.7%. As perspetivas do Banco de Portugal apontam para uma manutenção de taxas de crescimento da economia embora a níveis decrescentes (2.3% em 2018, 1.9% em 2019 e 1.7% em 2020).

Quanto à economia regional, a evolução terá sido favorável, a avaliar pela criação líquida de emprego (3.60%), mas também pela maioria dos indicadores económicos. A taxa de desemprego baixou para 9.0%.

As variáveis com maior impacto no futuro da MUSAMI prendem-se com a evolução dos mercados de matérias-primas secundárias, com a evolução da engenharia dos materiais, com a evolução da produção de resíduos e com o paradigma tecnológico.

Por parte da engenharia dos materiais, ocorrem neste momento tecnologias muito promissoras para o aparecimento no mercado de tecnologias novas que substituirão plásticos e outros materiais a partir de fibras sintéticas e naturais. Muitos destes novos materiais apresentam propriedade de resistência, resiliência ou condutividade que fazem muita diferença na qualidade da resposta às aplicações com materiais atuais. Por outro lado, estes novos materiais criarão um desafio novo à gestão de resíduos pois há que tentar fazê-los entrar na cadeia da circularidade.

Com este contexto em grande evolução, surgem, como se identificaram, oportunidades e ameaças que têm de ser oportunamente seguidas e integradas na estratégia de gestão para serem devidamente planeadas respostas adequadas.



afunb

Análise Económica e Financeira

Resultados

1. Volume de negócios

O volume de negócios da MUSAMI atingiu 4,963,367 euros, mais 3.49% que em 2016.

Total anual	2016	2017	Var (%)
Prestação de Serviços (RSU)	2.509,777 €	2,799,118 €	11.53%
Valorização de embalagem	1,913,248 €	1,886,794 €	-1.38%
Valorização de outros resíduos	212,068 €	195,001 €	-8.05%
Outras Receitas	160,692 €	82,454 €	-48.69%
Total	4,795,785 €	4,963,367 €	3.49%

Surgiu a necessidade de reclassificar os plásticos rígidos para "outros resíduos", uma vez que não são embalagens, daí que a valorização de embalagens e de outros resíduos surja com valores diferentes no ano de 2016.

2. Resíduos sólidos urbanos e equiparados

As medidas restritivas dos salários e a redução do número de população empregada traduzem-se numa redução do rendimento disponível das famílias com impacto direto na produção de resíduos. Como em 2017 se observa uma melhoria económica nesses termos, verifica-se também um crescimento de resíduos particulares em cerca de 31.01%.

Clientes	Toneladas			Vendas (euros)		
	2016	2017	Var (%)	2016	2017	Var (%)
Municípios	64,991	69,641	7.15%	1,802,422 €	1,872,435 €	3.88%
Particulares	15,867	19,564	23.30%	707,355 €	926,683 €	31.01%
Total	80,859	89,205	10.32%	2,509,777 €	2,799,118 €	11.53%

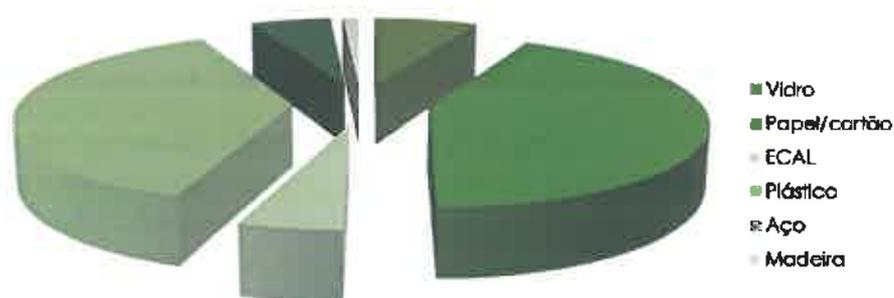
3. Valorização de embalagens

A valorização de resíduos de embalagem tem um peso muito importante nas contas da MUSAMI. Os valores exportados registaram um declínio de 15.26%,



principalmente devido à menor exportação do ECAL e plástico. Esta redução está associada a uma série de avarias que interromperam a linha de triagem de embalagens por cerca de 22 dias úteis.

Materiais	Toneladas			Vendas (euros)		
	2016	2017	Var. (%)	2016	2017	Var. (%)
Vidro	1,715	1,535	-10.50%	104,981 €	136,001 €	29.55%
Papel/cartão	3,413	3,290	-3.61%	537,105 €	810,334 €	50.87%
ECAL	218	122	-44.21%	154,694 €	96,184 €	-37.82%
Plástico	1,543	986	-36.10%	916,853 €	717,980 €	-21.69%
Aço	259	152	-41.17%	168,818 €	104,867 €	-37.88%
Madeira	234	171	-27.03%	30,797 €	21,429 €	-30.42%
Total	7,382	6,256	-15.26%	1,913,248 €	1,886,794 €	-1.38%



4. Valorização de outros resíduos

Foram ainda valorizados outros resíduos recicláveis, apresentando um aumento de 4.07% nas quantidades. O papel extra-urbano apresenta uma redução nas vendas de 78,549 euros face ao ano anterior e o plástico rígido de 1,030 euros. Os restantes resíduos aumentaram em termos monetários. Note-se que o vermicomposto apenas foi introduzido em 2017, aquando da aquisição do Ecoparque do Nordeste.



Material	Toneladas			Vendas (euros)		
	2016	2017	Var. (%)	2016	2017	Var. (%)
Plástico rígido	129	55	-57.75%	2,956 €	1,926 €	-34.84%
Sucata	44	35	-19.41%	3,889 €	4,517 €	16.16%
REEE	215	198	-7.84%	23,588 €	35,808 €	51.80%
Composto	1,288	1,558	20.99%	94,042 €	107,210 €	14.00%
Vermicomposto	0	33	-	0 €	36,496 €	-
Papel extra-urbano	297	174	-41.39%	87,593 €	9,044 €	-89.67%
Total	1,973	2,054	4.07%	212,068 €	195,001 €	-8.05%

Surgiu a necessidade de separar as paletes dos outros resíduos, por não se encontrarem valorizadas na mesma unidade de medida e, portanto, não são comparáveis em quantidade. Vemos um aumento significativo na sua valorização, o que duplica as suas vendas.

Material	Quantidade			Vendas (euros)		
	2016	2017	Var. (%)	2016	2017	Var. (%)
Paletes (n.º.)	1,174	5,929	405.00%	2,191 €	4,692 €	114.11%
Total	1,174	5,929	405.00%	2,191 €	4,692 €	114.11%

5. Estrutura dos Gastos

A Estrutura de Gastos da MUSAMI foi de 4,391,065 euros, o que corresponde a um incremento de 4.96% face a 2016, conforme o quadro abaixo:

Euros	Estrutura dos Gastos		
	2016	2017	Var. (%)
FSE	2,295,022 €	2,421,536 €	5.51%
Gastos com pessoal	515,350 €	707,576 €	37.30%
Amortizações	550,185 €	722,876 €	31.39%
Provisões/Ajustamentos	700,000 €	432,000 €	-38.29%
Outros gastos e perdas	116,071 €	103,057 €	-11.21%
Perdas por Imparidade	6,744 €	4,020 €	-40.39%
Total	4,183,373 €	4,391,065 €	4.96%



6. Resultados

O resultado Líquido da MUSAMI foi de 399,112 euros em 2017, conforme o quadro abaixo:

Resultados	2016	2017	Var (%)
Operacionais	634,640 €	582,793 €	-8.17%
Antes de impostos	634,640 €	582,793 €	-8.17%
Líquidos	396,132 €	399,112 €	0.75%

O resultado líquido é superior a 2016 em aproximadamente 3,000 euros, o que se reflete numa percentagem de 0.75%.

7. Investimento

A 31 de dezembro de 2017, o investimento global é de 9,064,365 euros, desagregando-se conforme o quadro abaixo:

Designação	31.12.2016	31.12.2017	Reclassificação	Variação
Ativos Intangíveis	427,691 €	187,022 €	- €	-240,669 €
Ativos Fixos Tangíveis	7,116,312 €	8,877,343 €	3,150,726 €	1,761,031 €
Total	7,544,003 €	9,064,365 €	3,150,726 €	1,520,362 €

Aqui, destacamos a conclusão das empreitadas de construção e fiscalização da célula 1, do sistema de aproveitamento de biogás e da realização de piezómetros.

8. Balanço

O balanço da MUSAMI apresenta uma estrutura pouco tradicional, pois a dimensão dos capitais próprios é muito expressiva. Por sua vez, o aumento de capital prepara o ciclo de investimento que se irá assistir nos próximos exercícios.

O ativo não corrente é essencialmente composto por ativos fixos tangíveis que representam a estrutura produtiva da empresa e o terreno onde será desenvolvido o próximo projeto.

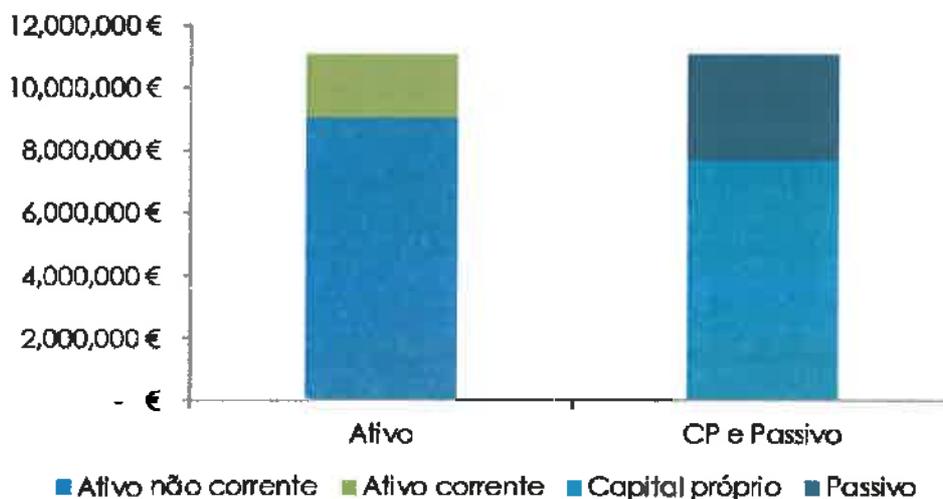


Chun

No ativo corrente, destaca-se a conta de caixa e depósitos bancários.

O capital próprio atinge assim, neste exercício, o valor de 7,723,234 euros.

Estrutura do Balanço - euros



9. Recebimentos de clientes

No final de 2017, a dívida de clientes atingiu 592,544 euros, um decréscimo de 31.75% face a 2016. Esta melhoria deve-se essencialmente aos esforços de cobrança realizados ao longo do ano. Apesar da diminuição global, regista-se um aumento de dívida face ao ano anterior na família de municípios, no valor de 19,868 euros.

Não obstante a diminuição da dívida, o prazo médio de recebimentos aumentou para cerca de 88 dias.

Dívida Clientes	2016	2017	Var (€)	Var (%)
Dívida total de clientes	868,218 €	592,544 €	-275,674 €	-31.75%
Dívida total de Municípios	249,733 €	280,957 €	31,224 €	12.50%
Dívida vencida de clientes:	367,973 €	293,160 €	-74,813 €	-20.33%
- Municípios	199,466 €	219,335 €	19,868 €	9.96%
- Empresas	83,068 €	60,707 €	-22,361 €	-26.92%
- Retomadores	81,857 €	9,190 €	-72,668 €	-88.77%
- Particulares	3,581 €	3,929 €	348 €	9.71%



10. Indicadores de Qualidade de Serviço de Gestão de Resíduos

A ERSARA elaborou um indicador de qualidade que obtém neste aspeto uma classificação de bom.

Sustentabilidade económica							
Código	Denom.	Fórmula	Dados	2016	2017	Valores Ref.	Código
ERSARA_R09	Cobertura dos gastos totais	R09=dR30/dR31, rácio entre os rendimentos e ganhos totais e os gastos totais.	dR30 = Rendimentos e ganhos totais (€/ano)	1.09	1.09	Boa	[1,0; 1,1]
						Mediana	[0,9; 1,0[ou]1,1; 1,2]
						Insatisfatória	[0; 0,9[ou]1,2; +∞[

11. Endividamento

Foi contraído financiamento pelo prazo de 72 meses, no montante de 2,800,000.00 euros junto do Novo Banco dos Açores, para fazer face à empreitada de conceção, construção, fornecimento e montagem de uma central de triagem automatizada.

À data do relatório, não foram utilizadas quaisquer tranches do financiamento acima referido.

Atividade operacional

Receção de resíduos

Durante o ano de 2017, entraram nas instalações da MUSAMI 89,205 toneladas de resíduos. Grande parte deste aumento provém de resíduos de origem indiferenciada.

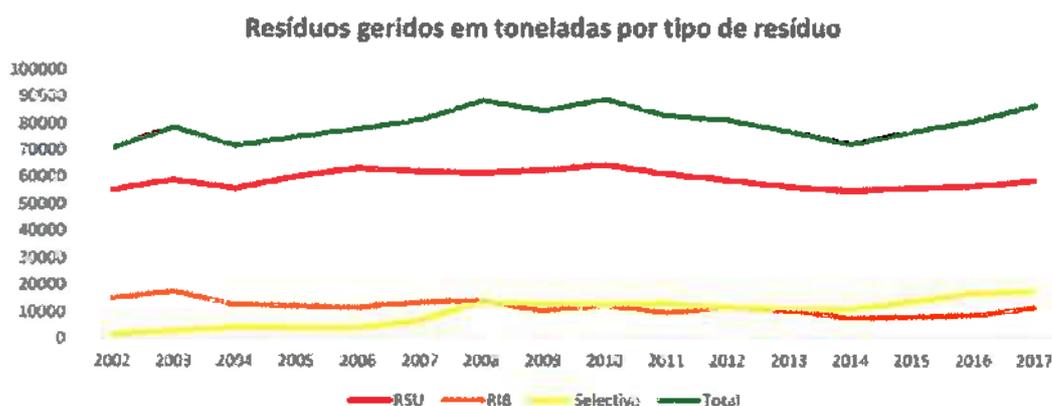
Resíduos	2016	2017	Var (und)	Var (%)
Resíduos Sólidos Urbanos	56,187	60,669	4,482	7.98%
Resíduos Industriais	8,247	10,858	2,611	31.65%
Origem seletiva	16,425	17,679	1,254	7.63%
Total	80,859	89,205	8,346	10.32%

Unidade: toneladas, %



RSU e equiparados

Os resíduos sólidos urbanos e equiparados têm vindo sucessivamente a descer desde 2010, ano em que atingiram o seu pico. Porém, a partir de 2016 ocorreu a situação inversa, com um incremento nas suas quantidades.



A recolha seletiva tem tido uma evolução positiva, principalmente se atendermos ao seu crescente peso no total dos resíduos geridos.

Tratamento e valorização

O tratamento e valorização de resíduos tem progredido por vários motivos, que se prendem com mais resíduos valorizados e por um tratamento mais eficiente, com menor quantidade de refugos.

1. Resíduos urbanos biodegradáveis

A valorização de resíduos urbanos biodegradáveis cresceu 41.13% relativamente ao ano anterior.



Toneladas	Variação de RUB		
	2016	2017	Var (%)
RUB valorizados organicamente	6,599	9,313	41.13%
Compostagem de verdes	6.599	8.150	23.50%
Vermicompostagem	0	1.163	-
RUB valorizados por reciclagem	3,516	3,680	4.66%
Recolha seletiva de papel, cartão, ECAL	3.516	3.680	4.66%
Total	10,115	12,993	28.45%

Quantidade	Variação de RUB		
	2016	2017	Var (%)
Reutilização paletes de madeira (nº.)	39	136	248.72%
Total	39	136	248.72%

A taxa de desvio de RUB de aterro atingiu 63.72%, atingindo a meta PEPGRA para 2020.

Aqui, houve novamente a necessidade de separar as paletes, por não serem comparáveis em unidade de medida.

2. Valorização de resíduos urbanos

Os resíduos urbanos reciclados e valorizados atingiram 45.05% dos resíduos urbanos valorizáveis e recicláveis. Este valor terá de atingir 50% em 2020. Para tal, está a ser delineado um plano de ação com um conjunto de medidas em parceria com os municípios para obter este resultado.

Toneladas	Variação de RUB		
	2016	2017	Var (%)
Resíduos valorizados	16,418	17,679	7.68%
Resíduos domésticos valorizáveis	28,447	21,567	-24.19%
Taxa de reciclagem e valorização	36.59%	45.05%	23.10%

O crescimento da economia e do emprego permitiu melhorar os índices de recolha seletiva. Este sistema baseia-se na contribuição voluntária das populações que depende de muitos fatores alheios à permanente sensibilização que desenvolvemos.

A compostagem tem dado um contributo essencial na valorização de resíduos orgânicos, pelo que tem sido alvo de investimentos para melhorar a disponibilidade do produto e a gestão do modo de produção.

Cper

Monitorização

1. Monitorização ambiental

No âmbito da monitorização ambiental, procedeu-se em 2017 ao controlo dos lixiviados do aterro, emissões gasosas, controlo de enchimento e de assentamentos dos aterros, de acordo com a legislação em vigor e documentos de referência, nomeadamente as licenças ambientais e de exploração de aterros.

2. Caracterização de resíduos

Na área da caracterização de resíduos foram desenvolvidas duas campanhas de caracterização definidas na legislação, programadas para dois períodos distintos – época húmida e época seca – nos meses de março e outubro.

3. Certificação

A MUSAMI possui o seu sistema de gestão integrado (Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança no trabalho e energia) certificado pelos referenciais NP EN ISO 9001:2015, NP EN



ISO 140001:2015 e OHSAS18001:2007/NP 4397:2008 e NP EN ISO 50001:2012 pela APCER, uma entidade certificadora independente acreditada.

Estas certificações através dos requisitos dos quatro referenciais permitiram-nos acompanhar e validar todos os processos da organização contribuindo para uma melhoria contínua de diversas operações/processos e sistematização dos suportes de informação e registo.

Comunicação e imagem

No ano de 2017, o mote da campanha foi "Separar bem sem contaminar para reciclar" com vista não só aumentar a quantidade de recicláveis como a sua qualidade. Para divulgação da campanha, recorremos aos OCS por via de notas de imprensa e publicidade. Tal como nos anos anteriores a campanha abrangeu os concelhos todos. Foram desenvolvidas ações de sensibilização em escolas, instituições, empresas. Também foram, ao longo do ano, desenvolvidas visitas de estudo ao ecoparque.

As visitas de estudo ao Ecoparque da Ilha de São Miguel constituíram o instrumento privilegiado para o desenvolvimento da campanha de sensibilização ambiental, cedendo o transporte aos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos de escolaridade e secundário. A anteceder as visitas de estudo realizaram-se breves sensibilizações junto dos visitantes. De janeiro a dezembro, o Ecoparque recebeu 55 visitas de estudo, num total de 1,823 visitantes.

Nesse mesmo período, foram ministradas sessões de sensibilização ambiental junto de estabelecimentos de ensino, instituições de empresa, para um total de 8,218 participantes.

No âmbito destas ações, foram assinalados o Dia Mundial do Ambiente com o concurso "Embalagens no Amarelo". O concurso que abrangeu 633 alunos do primeiro ciclo dos vários concelhos da ilha de São Miguel visou sensibilizar os mais jovens para a importância da separação de resíduos, com destaque para o contentor amarelo destinado à reciclagem dos materiais de plástico e metal.

Os alunos da Matriz de Ponta Delgada foram os que mais reuniram estas matérias-primas a serem encaminhadas para valorização no continente português.

A MUSAMI entregou publicamente os selos no âmbito do Programa Parceiros a 35 estabelecimentos da restauração de Vila Franca do Campo. No âmbito do mesmo Programa, a equipa encontrou-se no terreno no concelho da Ribeira Grande.



C. Silva

A avaliação da campanha de sensibilização é muito positiva pela participação ativa do público-alvo, a par do aumento de resíduos para valorização.

Responsabilidade social

Ao nível da responsabilidade social, entregamos diversos apoios de diversas formas a entidades de interesse público, da Polícia de Segurança Pública. A MUSAMI também participou na Feira da Saúde organizada pela Escola Secundária da Ribeira Grande, inculcando assim a Eco cidadania na população estudantil. Em relação, ao Banco Alimentar demos continuidade ao apoio concedido no ano anterior. A MUSAMI procedeu à entrega de produtos hortícolas a instituições particulares de solidariedade social que confeccionam refeições a famílias carenciadas e que estão a atravessar graves dificuldades económicas.

Perspetivas para o Futuro

Em 2018, a MUSAMI continuará com o tratamento de resíduos em alta. Inicia-se em agosto a exploração da nova central de triagem automatizada com capacidade para tratar 2,5 toneladas por hora de resíduos de embalagem.

Vai ainda ser adjudicado o maquinaria e equipamento para a nova central de triagem.

Prevê-se a conclusão do procedimento pré-contratual relativo à construção da fábrica de valorização energética e o início dos trabalhos de projeto de execução e prestação de serviços relativa ao desenvolvimento do RECAPE – relatório de conformidade ambiental do projeto de execução. Serão ainda lançados diversos concursos para a construção da instalação de pré-tratamento mecânico, a instalação de tratamento de subprodutos animais e a instalação de pré-tratamento de subprodutos animais.



Considerações finais

Deseja o Conselho de Administração da MUSAMI, EIM, S.A. expressar o seu profundo reconhecimento:

- Aos Municípios da ilha de São Miguel, pelo empenho e colaboração prestados, bem como pela exemplar articulação de ações com a MUSAMI;
- À AMISM, pelo suporte prestado;
- Ao revisor oficial de contas e aos auditores independentes, pela forma como acompanham a atividade da empresa;
- A todos os clientes individuais e empresariais que nos ajudam, com a sua exigência, a melhorar sempre;
- A todos os trabalhadores e a todos os que conosco trabalham quer através da prestação de serviços quer através de trabalho direto em estágios ou em trabalhos ocasionais, que com empenho e capacidade contribuem para a otimização operacional da empresa.

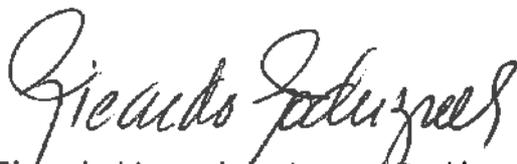
Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor de 399,112 euros, tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de resultados		2,017 €
Reserva Legal		19,956 €
Distribuição de dividendos		187,500 €
Resultados transferidos		191,656 €
Total		399,112 €

Ribeira Grande, 19 de fevereiro de 2018

O Presidente do Conselho de Administração


Ricardo Manuel de Amara Rodrigues

1º Vogal



Cristina de Fátima Silva Calisto

2º Vogal


Antonio Miguel Borges

Anexo: Demonstrações financeiras

Handwritten signature and initials

Balanço

Euros

RUBRICAS	NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	8,877,342.87	7,116,311.61
Goodwill	8	45,416.67	
Activos intangíveis	8	141,605.23	427,691.25
Outros investimentos financeiros	9	3,204.84	1,631.88
		9,067,569.71	7,545,634.74
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	10/25	579,231.10	858,668.25
Estado e outros entes públicos	11	42,613.24	22,481.63
Outros créditos a receber	12	315,730.97	270,114.54
Diferimentos	13	23,585.29	14,591.66
Caixa e depósitos bancários	5/14	1,099,369.95	586,600.96
		2,060,530.55	1,752,457.04
Total do activo		11,128,100.26	9,298,091.78
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	7,300,000.00	6,300,000.00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	16	24,769.00	35,163.21
Outras reservas	16		
Resultados transitados	17	-646.48	192,827.06
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			
		7,324,122.52	6,527,990.27
Resultado líquido do período		399,111.90	396,132.25
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		7,723,234.42	6,924,122.52
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	1,832,000.00	1,400,000.00
Financiamentos obtidos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar	19	240,000.00	
		2,072,000.00	1,400,000.00
Passivo corrente			
Fornecedores	20	663,234.49	583,672.58
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	11	20,416.55	190,497.13
Accionistas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	19	649,214.80	199,799.55
Diferimentos			
		1,332,865.84	973,969.26
Total do passivo		3,404,865.84	2,373,969.26
Total do capital próprio e do passivo		11,128,100.26	9,298,091.78

O Contabilista Certificado

Handwritten signature

Handwritten signature

O Conselho de Administração

Handwritten signature: G. Eduardo Pedrique
Handwritten signature: António Calais

Handwritten signature

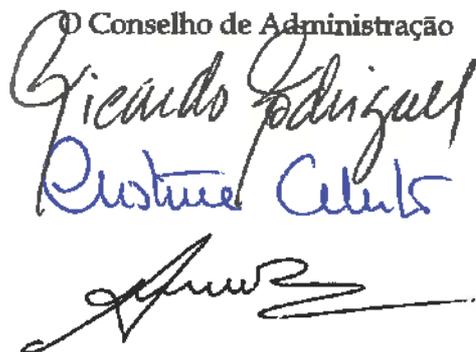
Demonstração dos Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
Vendas e serviços prestados	21		4.963.366,96	4.797.976,76
Subsídios à exploração	22		5.799,34	6.219,67
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend.conjuntos				
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	23		-2.421.536,80	-2.296.021,69
Gastos com o pessoal	24		-707.576,21	-515.350,35
Imparidade de inventários (perdas / reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	25		-3.763,64	-5.396,53
Provisões (aumentos / reduções)	18		-432.000,00	-700.000,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos	26		4.434,68	12.469,40
Outros gastos	27		-103.056,83	-116.071,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			1.305.668,50	1.184.825,82
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	28		-722.875,75	-550.185,48
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			582.792,75	634.640,34
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
Resultado antes de impostos			582.792,75	634.640,34
Imposto sobre o rendimento do período	11		-183.680,85	-238.508,09
Resultado líquido do período			399.111,90	396.132,25

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





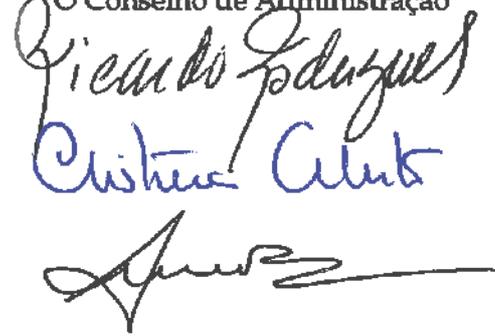

Demonstração das Alterações do Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital de empresa-mãe						Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
Posição no início de 2016 Primeira adoção de novo referencial contábilístico Saldo inicial reexpresso	3	6.300.000,00	16.781,26		100.000,00			308.239,01	6.727.990,27
		6.300.000,00	16.781,26		100.000,00			308.239,01	6.727.990,27
Alterações no Período Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16, 17		15.411,95		192.827,08			-208.239,01	
			15.411,95		192.827,08			-208.239,01	
Resultado Líquido do Período	3							396.132,25	396.132,25
Resultado Integral	4 = 2+3							187.890,24	396.132,25
Operações com Detentores de Capital no Período Distribuições	15, 16, 17				-100.000,00			-100.000,00	-200.000,00
	5				-100.000,00			-100.000,00	-200.000,00
Posição no fim de 2016	6 = 1+2+3+5	6.300.000,00	35.193,21		192.827,08			396.132,25	6.924.122,53
Posição no início de 2017	4	6.300.000,00	35.193,21		192.827,08			396.132,25	6.924.122,53
Alterações no Período Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16, 17		19.808,61		226.525,64			-246.132,28	
			19.808,61		226.525,64			-246.132,28	
Resultado Líquido do Período	8							399.111,90	399.111,90
Resultado Integral	9 = 7+8							152.979,65	399.111,90
Operações com Detentores de Capital no Período Realizações de capital Realizações de prêmios de emissão Distribuições	15, 16, 17	1.000.000,00	-30.200,82		-416.799,18				550.000,00
	16	1.000.000,00	-30.200,82		-416.799,18			-150.000,00	-150.000,00
	10	1.000.000,00	-30.200,82		-416.799,18			-150.000,00	400.000,00
Posição no fim de 2017	10 = 6+7+8+10	7.300.000,00	24.793,89		-446,88			399.111,90	7.723.234,81

O Contabilista Certificado



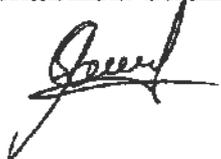
O Conselho de Administração



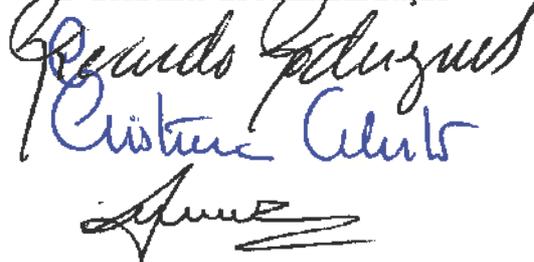

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimento de clientes			5.239.040,47	4.460.126,00
Pagamentos a fornecedores			-2.342.047,82	-1.973.611,10
Pagamentos ao pessoal			-707.576,21	-536.863,05
	Caixa gerada pelas operações		2.189.416,44	1.949.651,85
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			-347.779,43	-86.497,59
Outros recebimentos / pagamentos			1.947.181,93	76.787,69
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			3.788.818,94	1.839.941,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis			-3.654.726,89	-2.663.429,01
Activos intangíveis			-50.000,00	-105.768,00
Investimentos financeiros			-1.573,06	-727,62
Outros activos				
			-3.706.299,95	-2.769.924,63
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros activos				
Subsídios ao investimento				
Juros e rendimentos similares			250,00	6.423,28
Dividendos				
			250,00	6.423,28
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)			-3.706.049,96	-2.763.601,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			660.000,00	
Cobertura de prejuizos				
Doações				
Outras operações de financiamento				
			660.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares				
Dividendos				
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			-120.000,00	-160.000,00
Outras operações de financiamento				
			-120.000,00	-160.000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			430.000,00	-160.000,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			512.768,99	-833.669,42
Efeito das diferenças de câmbio			0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			586.600,96	1.570.160,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período			1.099.369,95	536.600,96

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




ANEXO





O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas, na sequência dos procedimentos contidos nas NCRF.

1. Identificação da Entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

“MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, EIM.”, adiante designada por “Musami”.

1.2 Sede

Rua Eng. Arantes de oliveira, nº 15 B, Ribeira Grande.

1.3 Natureza da atividade

A “MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, EIM.”, é uma empresa inter-municipal constituída em 19 de dezembro de 2006 e tem como objeto social, o desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração de sistemas de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, de qualidade do ar, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação ambiental. Acessoriamente a MUSAMI poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto. A “Musami” assumiu a totalidade da gestão do Parque de Resíduos e Aterro da Ilha de São Miguel a partir de janeiro de 2013.

1.4 Designação da Entidade - Mãe:

“AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”

1.5 Sede da Entidade - Mãe:

Rua Eng. Arantes de oliveira, nº 15 B, Ribeira Grande.

1.6 Período de relato:

O período de relato é de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2017.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas e o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS - anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória

Não aplicável ao período de relato.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.



4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

4.2 Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.3 Pressupostos da especialização do Exercício

A MUSAMI regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças temporárias entre os montantes financeiros e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 12 e 19).

4.4 Activos fixos tangíveis

Todos os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rúbricas	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10-20
Equipamento Básico	4-14
Equipamento de Transporte	4-5
Equipamento Administrativo	3-8
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

4.5 Activos intangíveis

Todos os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A taxa de amortização utilizada corresponde ao período de vida útil estimada de 3 anos.

Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.





Os dispêndios com desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o activo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos no período em que são incorridos.

4.6 Imparidade de activos

A Musami avalia, à data de balanço, a existência de algum indício de que um activo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do activo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do activo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado não possa ser recuperado, é efectuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos activos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização

4.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do ano compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com situações que sejam reconhecidas directamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais. Os impostos diferidos respeitam às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e actualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto conhecida à data do relato financeiro e que se estima que será aplicável na data da sua realização ou do seu pagamento.

4.8 Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da empresa. A Musami reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.



Os rendimentos das vendas e da prestação de serviços são reconhecidos na data efectiva das mesmas.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

4.9 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social e outros regimes de protecção social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

5. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, “caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo. À data de relato financeiro não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. A quantia escriturada e movimentos do período de caixa e seus equivalentes decompõem-se conforme se apresenta:

31 de Dezembro de 2016

Rúbricas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		11,707.24	11,707.24	
Depósitos à ordem	670,160.38	7,138,260.55	7,221,819.97	586,600.96
Depósitos a prazo	900,000.00	1,350,000.00	2,250,000.00	
Total Caixa e Depósitos Bancários	1,570,160.38	8,499,967.79	9,483,527.21	586,600.96

31 de Dezembro de 2017

Rúbricas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	586,600.96	6,621,720.74	6,108,951.75	1,099,369.95
Depósitos a prazo		300,000.00	300,000.00	
Total Caixa e Depósitos Bancários	586,600.96	6,921,720.74	6,408,951.75	1,099,369.95

Esta rubrica inclui caixa e depósitos à ordem em bancos.



Handwritten signatures and initials: JF, AM, and a large signature 'Cpur'.

6. Partes Relacionadas

6.1 Relacionamentos com a entidade-mãe:

A Musami tem como entidade-mãe “AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”, a qual é detentora da totalidade do capital social. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, registaram-se as seguintes transacções com partes relacionadas:

6.2 Remunerações do Pessoal Chave de Gestão:

Não existiram remunerações ao pessoal chave de gestão (órgãos sociais).

6.3 Transacções e saldos pendentes:

A “Musami” registou os seguintes transacções e saldos com a entidade-mãe nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

Transacções	31-Dez-17	31-Dez-16
Entidade Mãe - AMISM		
Vendas		
Prestação de serviços	7,646.40	7,646.40
Compra de Ativos Fixos Tangíveis	250,000.00	
Compra de Ativos Intangíveis	50,000.00	
Compras de bens e serviços	22,656.00	22,656.00

Saldos	31-Dez-17	31-Dez-16
Entidade Mãe - AMISM		
Clientes cc - entidade mãe		
Fornecedor cc - entidade mãe	1,888.00	
Contas a receber		
Contas a pagar	270,502.00	502.00
Entidade Mãe - AMISM		
Empréstimos concedidos		
Empréstimos obtidos		
Resultados distribuídos	150,000.00	200,000.00
Realizações de capital	1,000,000.00	

O valor em contas a receber e a pagar, referem-se, respectivamente às rubricas de “Clientes”, de “Fornecedores” e de “Outras dívidas a pagar”, conforme descrito nas notas 11, 19 e 20. Os valores indicados em “resultados distribuídos” resultam da aplicação de resultados dos anos de 2015 e 2016 (nota 17). O valor registado em compras de ativos fixos tangíveis e intangíveis resulta da aquisição do aterro sanitário do Nordeste. O valor em “realizações de capital” resulta do aumento de capital realizado no ano de 2017 (nota 15), integralmente realizado pela AMISM.

7. Activos fixos tangíveis

A rubrica “Activos fixos tangíveis” apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2017 e de 2016:

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

31 de Dezembro de 2016

Rubricas	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências - Abaixo	Reavaliações	Saldo em 31-Dez-16	Valor Líquido
Costos:							
Terras e Recursos Naturais	2.470.121,83					2.470.121,83	2.470.121,83
Edifícios e outras construções	991.203,01	961.127,12				1.952.330,13	1.131.874,79
Equipamento básico	788.080,81	11.234,36				799.284,87	462.970,28
Equipamento de transporte	235.756,39	19.183,48				254.939,87	111.784,40
Equipamento administrativo	38.607,33	14.961,39				53.568,74	28.496,20
Outros activos fixos tangíveis	1.064,29					1.064,29	
Investimentos em curso	1.345.572,43	1.548.991,82				2.894.564,07	2.894.564,07
	5.870.375,83	2.955.497,97				8.425.873,80	7.116.311,61
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	756.689,67	64.326,50		-160,83		820.855,34	
Equipamento básico	207.843,60	100.571,02				316.414,62	
Equipamento de transporte	91.482,03	51.703,41				143.185,44	
Equipamento administrativo	20.395,88	7.676,62				28.072,50	
Outros activos fixos tangíveis	1.064,29					1.064,29	
	1.077.445,87	232.277,55		-160,83		1.309.562,19	

31 de Dezembro de 2017

Rubricas	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências - Abaixo	Reavaliações	Saldo em 31-Dez-17	Valor Líquido
Costos:							
Terras e Recursos Naturais	2.470.121,83	110.212,30				2.580.334,13	2.580.334,13
Edifícios e outras construções	1.952.330,13	3.392.279,83				5.344.609,96	4.278.594,34
Equipamento básico	799.284,87	60.612,92				859.897,79	430.230,92
Equipamento de transporte	254.939,87	66.871,43				321.811,30	121.848,29
Equipamento administrativo	53.568,74	24.750,41				78.319,15	38.260,37
Outros activos fixos tangíveis	1.064,29					1.064,29	
Investimentos em curso	2.894.564,07	2.091.638,88		-3.553.128,11		1.433.074,84	1.433.074,84
	8.425.873,80	5.746.565,77		-3.553.128,11		10.619.311,48	8.877.342,87
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	820.855,34	250.160,28				1.071.015,62	
Equipamento básico	316.414,62	119.252,25				439.666,87	
Equipamento de transporte	143.185,44	56.807,39				199.992,83	
Equipamento administrativo	28.072,50	11.986,28				40.058,78	
Outros activos fixos tangíveis	1.064,29					1.064,29	
	1.309.562,19	432.206,40				1.741.768,59	

O valor registado em "transferências" resulta da conclusão dos investimentos em curso e respetiva reclassificação em edifícios e outras construções.

8. Activos intangíveis

A rubrica "Activos intangíveis" apresentava a seguinte composição em 31 de Dezembro do ano de 2017 e de 2016:

31 de Dezembro de 2016

Rubricas	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-16	Valor Líquido
Costo							
Projectos de desenvolvimento							
Software	4.794,40	972,00				5.766,40	813,10
Propriedade industrial							
Projectos de desenvolvimento	891.138,75	104.796,00				995.934,75	426.877,81
	895.933,15	105.768,00				1.001.701,15	427.691,28
Depreciações Acumuladas							
Projectos de desenvolvimento							
Software	4.399,95	552,95				4.952,90	
Projectos de desenvolvimento	251.593,19	317.354,95		308,80		569.056,94	
	255.993,14	317.907,90		308,80		574.009,90	



31 de Dezembro de 2017

Carr

	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Doações	Alíquotas	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-17	Valor Líquido
Costas							
Goodwill		30,000.00 €				30,000.00	30,000.00
Projectos de desenvolvimento							
Software	5,766.40					5,766.40	5,766.40
Propriedade industrial							
Projectos de Desenvolvimento	995,934.75					995,934.75	995,934.75
	1,001,701.15	30,000.00				1,031,701.15	1,031,701.15
Depreciações Acumuladas							
Goodwill		4,583.33				4,583.33	4,583.33
Projectos de desenvolvimento							
Software	4,952.96	354.42				5,307.38	5,307.38
Propriedade industrial							
Projectos de Desenvolvimento	569,056.94	285,731.60				854,788.54	854,788.54
	574,009.90	290,669.35				864,679.25	864,679.25

9. Outros investimentos financeiros

Esta rubrica apresentava um saldo em 31 de Dezembro de 2017 no valor de 3.204,94€ decorrente da aplicação das entregas mensais para o Fundo de Compensação do Trabalho para os novos contratos a partir de Outubro de 2013, pelo que a Comissão de Normalização Contabilística entende que estas entregas efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, considerando-se que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo poderá ser um referencial prático para o efeito.

Rúbricas	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de Compensação do Trabalho	3.204,94		1.631,88	
Outros				
Perdas por imparidade acumuladas				
	3.204,94		1.631,88	

10. Clientes

A conta de clientes apresentava os seguintes saldos em 31 de Dezembro do ano de 2017 e de 2016:

Rúbricas	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente		577.212,87		853.201,12
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring		15.331,13		15.016,39
Clientes de cobrança duvidosa		592.544,00		868.217,51
Perdas por imparidade acumuladas		-13.312,90		-9.549,26
		579.231,10		868.668,25

Rúbricas	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	577.212,87		853.201,12	
Clientes conta títulos a receber				
Clientes factoring	15.331,13		15.016,39	
Clientes de cobrança duvidosa	592.544,00		868.217,51	

A conta de clientes apresentava a seguinte antiguidade de saldos por receber em 31 de Dezembro do ano de 2017:




Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Cientes conta corrente	322.225,76	21.979,86	5.621,41	227.385,84	577.212,87
Cientes outros				15.331,13	15.331,13
	322.225,76	21.979,86	5.621,41	242.716,97	592.544,00

11. Estado e outros Entes Públicos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 16.80% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 Dezembro de 2017.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Activo		
Imposto s/ rend. pessoas colectivas (IRC)	28.181,15	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	14.432,09	22.481,63
Outros impostos e taxas		
	42.613,24	22.481,63
Passivo		
Imposto s/ rend. das pess. colectivas (IRC)		135.967,43
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto s/ rend. pessoas singulares (IRS)	5.867,60	44.664,48
Segurança Social	14.548,95	9.865,22
Outros impostos e taxas		
	20.416,55	190.497,13

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Imposto sobre o Rendimento		
Imposto Corrente	183.680,85	238.508,09
Imposto Diferido		
Outros impostos e taxas		
	183.680,85	238.508,09

No exercício de 2017 apurou-se imposto a recuperar (IRC) no valor de 28.181,15€. No exercício de 2016, o apuramento do IRC originou imposto a pagar, no valor de 135.967,43 €.

12. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal				
Acréscimos de rendimentos		315.657,84		270.114,54
Outros devedores		73,93		
		315.730,97		270.114,54
Perdas por impazidade acumuladas				
		315.730,97		270.114,54



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	22.895,52	12.796,33
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer	689,77	1.795,33
	23.585,29	14.591,66

14. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa		
Depósitos à ordem	1.099.369,95	586.600,96
Depósitos à prazo		
Outras		
	1.099.369,95	586.600,96

15. Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2017 o capital social encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

Accionistas	% Cap. Subsc.	Cap. Soc. Subsc.	Cap. Soc. Realizado	% Cap. Soc. Realiz.	Cap.Soc. por Realizar
Associação Municipios Ilha de São Miguel	100,00%	7.300.000,00	7.300.000,00	100,00%	

No ano de 2017, foi deliberada em Assembleia Geral de 27 de Abril, a aprovação de operação de aumento do capital social da “Musami” de 6.300.000,00€ para 7.300.000,00€, a qual foi integralmente subscrita e realizada pelo accionista “AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel”.

16. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica “Reservas”, apresentava a seguinte variação:

Rúbricas	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Outras Reservas
Saldo inicial	19.751,26		
Aumentos	15.411,95		
Diminuições			
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	35.163,21		
Aumentos	19.806,61		
Diminuições	30.200,82		
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	24.769,00		

Os aumentos registados resultaram da aplicação de resultados do exercício de 2016, conforme Assembleia Geral de 17 de Abril de 2017. As diminuições registadas resultam da realização do aumento de capital social, conforme indicado na nota anterior.

17. Resultados Transitados

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A rubrica de “Resultados Transitados” apresenta a seguinte evolução:

Rúbricas	
Saldo a 01-Jan-16	100.000,00
Alterações no período	
1. Primeira adopção novo ref. contabilístico	
2. Realização de Capital Social	
3. Aplicação de resultados 2015	192.827,06
4. Distribuição de resultados	-100.000,00
Saldo em 31-Dez-16	192.827,06
Alterações no período	
1. Primeira adopção novo ref. contabilístico	
2. Realização de Capital Social	-419.799,18
3. Aplicação de resultados 2016	226.325,64
4. Distribuição de resultados	
Saldo em 31-Dez-17	-646,48

Os aumentos registados resultaram da aplicação de resultados conforme deliberados em Assembleia Geral de 17 de Abril de 2017. Foi realizada no exercício de 2017 uma distribuição de resultados transitados referentes ao ano de 2016, no valor de cento e cinquenta mil euros. De igual modo, e conforme indicado na nota 15, foi aprovada a incorporação de resultados transitados no valor de 419.799,18 euros para realização de aumento de Capital Social da empresa.

18. Provisões

No exercício de 2017, foi efetuado reforço de provisão no valor de 432.000,00 €. A constituição desta provisão iniciou-se no exercício de 2013, tendo sido anualmente reforçada. No exercício de 2017, foi revisto o gasto estimado com a selagem da 2ª célula do Aterro Sanitário da Ilha de São Miguel, para o valor total de 2.600.000,00€. Prevê-se a realização destes trabalhos de selagem da célula do Aterro Sanitário a partir do ano de 2018.

Provisões	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo a 1 de Janeiro	1.400.000,00	700.000,00
Aumento	432.000,00	700.000,00
Reversão		
Regularizações		
Saldo a 31 de Dezembro	1.832.000,00	1.400.000,00

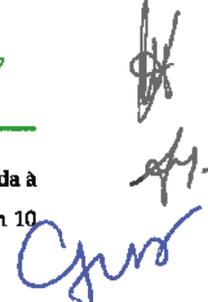
19. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimento		416.481,92		
Pessoal		147,93		
Outras dívidas a pagar	240.000,00	232.584,95		199.799,55
Férias e Subs. Férias		74.576,27		50.160,60
Encargos com Férias e Sub. Férias		17.711,86		11.913,14
Outros acréscimos de gastos		81.926,78		102.254,91
Causões		27.868,04		34.968,90
Outros devedores e credores	240.000,00	30.502,00		502,00
Ajustamentos em Subsídios ao Investimento				
	240.000,00	649.214,80		199.799,55



O valor registado na rubrica “Outros devedores e credores” para os anos de 2016 e de 2017 refere-se a valor em dívida à AMISM, o qual ficou acordado na escritura de compra e venda celebrado 26/01/2017 que o pagamento seria em 10 prestações anuais de 30.000,00 € vencendo-se a última em 31/08/2026.



20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores conta corrente	663.234,49	583.672,58
Fornecedores outros		
	663.234,49	583.672,58

Rúbricas	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	661.346,49	1.888,00	583.672,58	
Fornecedores outros				
	661.346,49	1.888,00	583.672,58	

A conta de fornecedores apresentava a seguinte antiguidade de saldos por receber em 31 de Dezembro do ano de 2017:

Rúbricas	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores conta corrente	477.561,99	166.375,06	15.644,16	3.653,28	663.234,49
Fornecedores outros					
	477.561,99	166.375,06	15.644,16	3.653,28	663.234,49

21. Vendas e Serviços prestados

As vendas e serviços prestados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foram como segue:

Rúbricas	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas						
Prestação de serviços						
Gestão de Resíduos	4.963.366,96		4.963.366,96	4.797.976,76		4.797.976,76
	4.963.366,96		4.963.366,96	4.797.976,76		4.797.976,76

22. Subsídios à exploração

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresentava os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Programa apoio emprego PITE	3.549,34	
Programa apoio maternidade		2.310,00
Programa Integra		3.909,67
Apoio ao Transporte Marítimo de Resíduos		
Fundo Ambiental	2.250,00	
	5.799,34	6.219,67

23. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foram como segue:




Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Subcontratos	1.578.159,63	1.538.802,50
Serviços especializados	550.928,31	452.311,41
Materiais	117.183,91	147.908,79
Energia e fluidos	59.950,05	33.888,62
Deslocações, estadas e transportes	18.304,91	17.784,54
Serviços diversos	97.008,99	104.325,83
Rendas e Alugueros	24.214,38	22.572,88
Comunicação	10.917,73	12.422,47
Seguros	21.679,47	15.823,92
Contencioso e notariado	605,40	120,00
Despesas de representação	11.652,74	1.424,50
Limpeza Higiene e conforto	4.038,56	3.830,33
Outros Serviços	28.900,71	48.131,73
	2.421.535,80	2.295.021,69

O valor dos subcontratos está associado aos serviços contratados na área de selecção e tratamento de resíduos.

24. Gastos com o pessoal

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresentava os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	573.114,04	409.249,73
Encargos sobre remunerações	124.469,31	99.565,36
Seguros	7.699,47	4.659,33
Outros gastos com pessoal	2.293,39	1.875,93
	707.576,21	515.350,35

Em 31 de Dezembro de 2017, existiam 35 trabalhadores, aos quais acresciam 4 funcionários ao abrigo do Programa SEI. Face a 31 de Dezembro de 2016, registou-se o aumento de 17 trabalhadores. O número médio de trabalhadores no exercício de 2017 foi 38.

25. Imparidades de dívidas a receber

As imparidades de dívidas a receber registadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo a 1 de Janeiro	9.549,26	4.152,73
Aumento	4.020,18	6.744,21
Reversão	-256,54	-1.347,68
Regularizações		
	13.312,90	9.549,26

O valor registado na demonstração de resultados dos anos de 2016 e 2017, resulta dos aumentos resultantes da constituição de imparidades de dívidas de clientes de cobrança duvidosa.

26. Outros rendimentos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, registaram-se os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,65	
Correcções relativas a períodos anteriores	4.184,03	7.379,75
Restituição Impostos		
Excesso estimativa impostos		
Juros de depósitos	250,00	5.089,65
Outros rendimentos e ganhos		
	4.434,68	12.469,40





27. Outros gastos

Os outros gastos e perdas apresentavam no exercício findo de 2017 e de 2016 os seguintes valores:

Custo

Rúbricas	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	80.966,68	108.899,33
Correcções relativas a períodos anteriores	0,16	1.731,78
Donativos	10.936,24	5.402,94
Quotizações	7.300,00	
Outros gastos e perdas	3.853,75	37,39
	103.056,83	116.071,44

28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresentava os seguintes valores:

Rúbricas	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento						
Activos fixos tangíveis	432.129,32		432.129,32	232.277,55		232.277,55
Activos intangíveis	290.746,43		290.746,43	317.907,93		317.907,93
	722.875,75		722.875,75	550.185,48		550.185,48

29. Proposta para a aplicação de resultados

O Concelho de Administração propõe que o resultado líquido positivo no valor de 399.111,90 € (trezentos e noventa e nove mil cento e onze euros e noventa cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- 19.955,60 €, para Reservas Legais;
- 187.500,00 €, para Distribuição de Dividendos;
- 191.656,30 €, para Resultados Transitados.

30. Outras informações

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 existiam os seguintes litígios judiciais pendentes em que a Musami figurava como Ré:

I. Processo n° 87/09.OBEFDL

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Marco Paulo Castanheira de Oliveira (e Outros)

Objecto: Pretende a condenação da Musami por responsabilidade Civil Extra Contratual do Estado e Demais Entidades Públicas.

Valor: 1.125.000,00 €

Estado Actual: foi apresentada a contestação à acção proposta.

II. Processo n° 78/17.OBEFDL e apensos

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autora: T.M.E S.p.A - TERMOMECCANICA ECOLOGIA

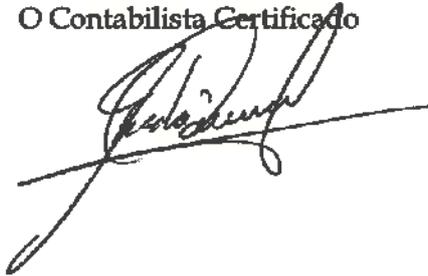
Objecto: Declaração de nulidade ou anulação dos actos de adjudicação da proposta da Contrainteresada CME/Steinmuller e de exclusão da proposta da autora.

Valor: 53.720.000,00 €

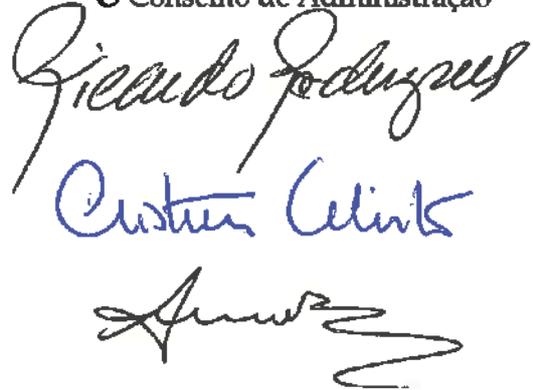



Estado Actual: O processo foi contestado, estando o mesmo em curso, aguardando proferimento da sentença. A MUSAMI contesta o pagamento indicado pelo terceiro, o qual também tem associado uma indemnização de € 30.000,01, a qual também foi contestada no processo 78/17.8BEPDL-A.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras anexas do MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente E.I.M., S.A. que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidenciou um total de 11.126.100 euros e um total de capital próprio de 7.723.234 euros, incluindo um resultado líquido de 399.112 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente E.I.M., S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Base para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, SROC Lda.



Sede: Rua 1066 de Brita, 102 • Fox do Beiro • Apartado 16.071 • 4515-901 POMBAL - PORTUGAL.
Telef. 238 101 842 • Fax: 238 101 836 • Email: geral@marques.pt

Delegação Açores Rua Bento José Masalo, 45 • 9900-732 PÓVOA DA SILVEIRA • Telef. 296 651 237 • Fax 296 288 47E

SROC, N.º 51 • Inscrição no Registo de Auditores da CRRM sob o n.º 4.798 • Capital Social 25.500 euros • Contribuinte N.º 503 393 957

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Ênfase

Foi constituída uma provisão no valor de 432.000 euros para fazer face aos gastos devidos pela selagem da rede biogás da segunda célula do aterro. O valor da provisão relativa à selagem, em 31/12/2017, é de 1 832.000 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

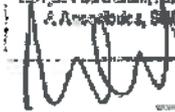
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relatório Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, S.O.C., Lda.



Sede: Rua João de Brito, 1051 • Faz do Douro • Apartado 10.071 • 4150-901 PORTO - PORTUGAL
Tel: 228 101 843 • Fax 228 101 835 • Email: geral@marquesda.cunha.pt

Pragação-Agencia Rua Barão José Morais, 43 • 9200-771 POBÇA D'ELGADA • Tel: 296 634 152 • Fax 296 388 476

SROCM.º 53 • Inscrição no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.734 • Capital Social: 27 500 euros • Contribuinte n.º 502 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

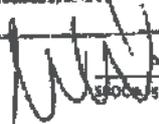
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fizemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, EROCLda.



Sede: Rua João de Brito, 408 • Fátima-Douro • Apartado 26.075 • 4150-901 PORTO - PORTUGAL.
Telf. 228 201 842 • Fax 228 201 838 • Email: geral@marquesac.com

Relação Agorã: Rua Padre José Moreira, 75 • 4500-272 POMBA-DOLIGADA • Telf. 256 632 257 • Fax 256 288 476

EROCCLda - inscrita no Registo de Auditores de CRMN sob o n.º 298 • Capital Social: 27.200 euros • Contribuinte N.º 502 162 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

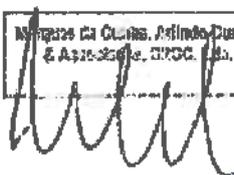
RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 5 de março de 2018

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, S.R.O.C., Lda.



Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52

representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 858